

Perspectivas da Educação Infantil: *desafios e oportunidades na primeira etapa da educação básica*

Yara Ferreira Lopes Marques ¹ 
Educaler University

Larissa Maia de Sousa Nava ² 
Absolute Christian University

Maria Geanne Moreira da Silva ³ 
Absolute Christian University

Resumo: O trabalho é uma revisão de literatura, embasada em estudos e publicações relevantes da área, que se propõe a discutir as perspectivas dos avanços legais da Educação Infantil, cujo objetivo geral é apresentar as concepções da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Os objetivos específicos são: explicar sobre o histórico da Educação Infantil no Brasil; discutir sobre o processo de valorização da Educação Infantil; debater as oportunidades proporcionadas pela Educação Infantil na formação do educando. Este estudo se justifica pela necessidade de aprofundarmos os debates sobre a Educação Infantil, que apesar de vir em um processo gradual de evolução, ainda tem um grande caminho a percorrer. O trabalho é organizado em três subtópicos, no primeiro é traçado um breve histórico da área, no segundo, as suas evoluções, finalizando com a apresentação dos seus benefícios para o pleno desenvolvimento de crianças, por meio das vivências com intencionalidade pedagógica.

Palavras-chave: Educação Infantil; Evolução; Perspectivas; Educação.

Perspectives on Early Childhood Education: Challenges and opportunities in the first stage of basic education

Abstract: The work is a literature review, based on relevant studies and publications in the area, which aims to discuss the perspectives of legal advances in Early Childhood Education, whose general objective is to present the conceptions of Early Childhood Education as the first stage of basic education. The specific objectives are: to explain the history of Early Childhood Education in Brazil; to discuss the process of valuing Early Childhood Education; to debate the opportunities provided by Early Childhood Education in the education of the student. This study is justified by the need to deepen the debate on Early Childhood Education, which, despite a gradual process of evolution, still has a long way

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú. Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará, Professora da Rede Municipal de Caucaia-CE. Mestranda em Ciências da Educação pela Educaler University, Orlando, EUA.  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5185-5242>, e-mail: yaraflm@gmail.com

² Pedagoga pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Especialista em Alfabetização, Letramento e Educação Infantil, Professora da Rede Municipal de Caucaia-CE, Mestranda em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University, Flórida, EUA.  ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1800-2545>, e-mail: larissamaianasnava@gmail.com

³ Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2013), Especialista em Educação Infantil pela Faculdade Plus (2019), Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Caucaia-CE. Mestranda em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University, Flórida, EUA.  ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1393-8774>, e-mail: geannemsilva@gmail.com

to go. The work is organized into three subtopics: the first outlines a brief history of the area, the second looks at its evolution and concludes with a presentation of its benefits for the full development of children, through experiences with pedagogical intent.

Keywords: Early Childhood Education; Evolution; Perspectives; Education.

Perspectivas de la Educación Infantil: retos y oportunidades en la primera etapa de la educación básica

Resumen: El trabajo es una revisión bibliográfica, basada en estudios y publicaciones relevantes en el área, que pretende discutir las perspectivas de los avances legales en la Educación Infantil, cuyo objetivo general es presentar las concepciones de la Educación Infantil como primera etapa de la educación básica. Los objetivos específicos son: explicar la historia de la Educación Infantil en Brasil; discutir el proceso de valorización de la Educación Infantil; debatir las oportunidades que ofrece la Educación Infantil en la formación del alumno. Este estudio se justifica por la necesidad de profundizar el debate sobre la Educación Infantil que, a pesar de un proceso gradual de evolución, aún tiene mucho camino por recorrer. El trabajo se organiza en tres subtemas: el primero esboza una breve historia del área, el segundo examina su evolución y concluye con la presentación de sus beneficios para el pleno desarrollo de los niños, a través de experiencias con intención pedagógica.

Palabras-clave: Educación Infantil; Evolución; Perspectivas; Educación.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica presente em nosso sistema de ensino, apresentando-se assim como a base para as demais etapas que sucederão. Essa etapa, que atende até os cinco anos, divide-se em creches, que matriculam crianças de zero até os três anos de idade, e pelas pré-escolas, crianças com quatro e cinco anos, apenas na segunda temos a matrícula como obrigatória.

Assim, neste estudo debateremos de maneira ampliada essa importante etapa educacional, apresentando também as suas perspectivas enquanto área do conhecimento e de formação educacional. O trabalho trata-se de uma revisão de literatura, que embasada em autores e estudos de relevância, publicados em periódicos, em eventos e em livros se propõe a debater a Educação Infantil de forma global.

Dessa forma, objetivo geral é apresentar as perspectivas da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Já como objetivos específicos temos: explicar sobre o histórico da Educação Infantil no Brasil; discutir sobre o processo de valorização da Educação Infantil e debater os benefícios proporcionados na formação de crianças pequenas.

O trabalho se justifica pela necessidade que a Educação Infantil ainda possui de se legitimar enquanto etapa primordial do sistema educacional do nosso país, pois como bem pontuam Kramer et al. (2011), a Educação Infantil por muito tempo teve que lutar para não ser diminuída enquanto área do conhecimento, pois ainda se tinha uma visão minimalista advinda dos primórdios da educação nacional, de que essa etapa não era vista como essencial para o desenvolvimento da primeira infância.

Kramer et al. (2011) afirma que por um certo período da história, a Educação Infantil era vista somente como um local de guarda para a criança enquanto os pais trabalhavam, não concebiam assim valor pedagógico na educação de crianças pequenas. Essa visão ainda não foi totalmente dissipada da área, que mesmo com evoluções importantes, que a colocaram como primeira etapa da Educação Básica, alguns setores da sociedade ainda carregam uma visão culturalmente fortalecida bem parecida, tendo-a como apenas um espaço de assistência à criança.

Nessa perspectiva, o trabalho é organizado em três subtópicos diferentes, visando facilitar a leitura e o debate aqui realizado. No primeiro subtópico, será feito um breve resgate histórico da Educação Infantil presente em nosso país, mostrando a sua evolução enquanto espaço educacional, passando de um mero local de guarda da criança, para uma etapa que respeita o conceito atual de criança e infância.

No segundo subtópico nos aprofundamos mais sobre o processo de valorização da Educação Infantil, mostrando as leis, regimentos, dispositivos legais e documentos normativos que foram alterados para que a Educação Infantil se desenvolvesse enquanto área de formação.

No subtópico seguinte são debatidos os benefícios que a Educação Infantil pode proporcionar ao pleno desenvolvimento das crianças nas mais diversas linguagens existentes de acordo com cada nível que faz parte dessa etapa educacional.

Portanto, esperamos que este estudo sirva como suporte para uma reflexão mais aprofundada de como a Educação Infantil oferece oportunidades para estimular o desenvolvimento cognitivo, como o raciocínio, a linguagem, a memória e as habilidades de resolução de problemas. Isso é feito de maneira lúdica, por meio das interações e das brincadeiras e dos direitos de aprendizagem, segundo orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2 METODOLOGIA

A Educação Infantil é uma fase crucial no desenvolvimento das crianças, em que as bases de habilidades são estabelecidas. Nesse contexto, é essencial compreender as diversas perspectivas teóricas e pedagógicas que permeiam essa etapa. Assim, por meio de uma revisão de literatura, que segundo Mazzoti e Gewandsznajder (2000, p. 184) “usam a literatura para discutir conceitos e justificar categorias de análise [...] focalizar e contextualizar o problema, discutindo-o na introdução”, podemos mergulhar nesse universo de debates e discussões que moldam a educação das crianças em seus primeiros anos de vida.

Ao iniciar a busca por fontes, entre março e agosto de 2023, foram selecionados artigos, livros e pesquisas acadêmicas publicadas em locais de relevância acadêmica, para

garantir a abrangência e a qualidade das informações. Utilizando bases de dados acadêmicos renomados, como Google Acadêmico, *Scopus* (base de dados bibliográfica) e ERIC (*Education Resources Information Center*), e artigos publicados em periódicos com relevância dentro da área da educação. Assim, encontrou-se uma rica variedade de materiais que nos permitiram avançar na revisão de literatura.

Ao organizar as informações, agrupamos os dados em temas relevantes, facilitando assim a síntese narrativa de nossos achados. Comparando e contrastando as diversas perspectivas e debates, ficou evidente a complexidade e a riqueza de ideias que permeiam o campo da Educação Infantil, e que nas próximas páginas deste trabalho serão apresentados e discutidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contexto histórico da Educação Infantil no Brasil

Daremos início a este artigo descortinando de maneira breve o resgate histórico da Educação Infantil vislumbrado no Brasil. Faz-se necessário revisitarmos o passado, pois é ao compreendê-lo de maneira plena que conseguimos entender certos padrões presentes até os dias de hoje, como bem pontua Hobsbawn (1997, p. 24) “Voltar ao passado nos possibilita entender o presente e traçar o futuro”. Assim, pretende-se com esse retorno aos primórdios da Educação Infantil delimitar a sua evolução e apresentar um panorama mais fidedigno.

Em nosso país, por séculos, a educação era reservada para uma pequena parcela da população, pois o conceito de educação pública não existia, e a educação era voltada para as classes mais elevadas que conseguiam arcar com os seus custos, sendo esse processo inicial desenvolvido nas próprias casas das pessoas com maior poder aquisitivo (COSTA E OLIVEIRA, 2011).

A Educação Infantil nesse período era ministrada muitas das vezes por pessoas sem instrução prévia, pois não eram professores profissionais e tampouco havia regulamentação no período. Assim, não possuíam métodos de ensino organizados ou mesmo sistematizados,

pois os estudos secundários seriam desenvolvidos em outras instituições de ensino particulares, essas muitas vezes de ordem religiosa.

De acordo com esta realidade, a Educação Infantil no Brasil foi marcada pela falta de compromisso do poder político para com a educação nesta etapa. Não se tinha nenhuma preocupação efetiva com o desenvolvimento integral das crianças e quase sempre a assistência era realizada por instituições sem vínculos educacionais (MORGAN *et al.* 2014, p. 52).

No Brasil, durante séculos, o governo se manteve como mero espectador no processo educacional da primeira infância. A ausência do Estado nessa área resultou na educação inicial sendo fornecida por instituições filantrópicas, privadas e religiosas, tornando-se acessível somente às elites que podiam arcar com os custos cobrados por essas instituições.

Os registros históricos traçados por Morgan et al. (2014), indicam que os primeiros jardins de infância privados surgiram no Rio de Janeiro, por volta de 1875, no colégio Menezes Vieira, e em São Paulo, em 1877, na escola Americana. Já no âmbito público, a primeira instituição a oferecer esse nível de ensino foi a Escola Normal Caetano de Campos, que estabeleceu um anexo em 1896. No entanto, mesmo sendo mantido pelo Estado, esse anexo atendia apenas os filhos da elite paulistana.

Essa realidade de exclusividade na Educação Infantil, impulsionada pela falta de investimento e presença do governo, perdurou por muito tempo em nosso país, limitando o acesso à educação de qualidade para uma parcela privilegiada da população e negligenciando a importância crucial dos primeiros anos de formação na vida das crianças.

Para os menos favorecidos restava somente a opção de ficar em suas casas e receberem de suas mães uma educação espelhada às delas, que em sua maioria, era praticamente nula, uma vez que uma grande parcela dos menos favorecidos não sabiam ler nem escrever, ficando essa educação pautada no ensino de valores e normas de convivência.

Porém, com o passar do tempo, como bem pontuam Gomes e Costa Filho (2013), há o movimento de emancipação feminino, alinhado à procura por mão de obra. Desse modo, essa situação em que as mulheres antes deixadas a cargo única e exclusivamente dos cuidados do lar, fossem também inseridas no mercado de trabalho, sendo cada vez mais

necessário o aumento de mão de obra, para conseguir atender as necessidades advindas das fábricas.

Nesse sentido, se apresenta uma nova demanda à sociedade, em que as mulheres com filhos poderiam deixá-los para poderem atender às demandas capitalistas, pois precisavam se ausentar por longos períodos para cumprir as suas jornadas de trabalho, a partir desse momento, conforme Medeiros (2012) é que se iniciou o processo de debate acerca das creches em nosso país.

a Educação Infantil foi consequência de uma série de transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no país durante o século XX, caracterizadas principalmente pela valorização da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, gerando assim, a necessidade de um espaço no qual a criança fosse cuidada e educada (MEDEIROS et al, 2012, p. 25).

Medeiros et al (2012) corrobora com a visão apresentada, mostrando que um panorama complexo de mudanças gerou uma requisição nova para a época, pois sempre se teve até então, uma visão que a educação inicial, que não era tão expressiva assim, deveria ficar a cargo única e exclusivamente das mães, porém essas, através de lutas e movimentos sociais, conseguem comprovar que podem ser muito mais do que somente donas de casa, culminando no movimento que deu início ao surgimento das creches.

Nascimento (2015, p. 174) afirma que:

Uma das primeiras referências à creche no Brasil aparece, em 1879, em um artigo de jornal do Rio de Janeiro, intitulado A Creche (asilo para a primeira infância). Diferente do caso europeu onde a creche foi criada para a ampliação do trabalho industrial feminino, aqui a creche é apresentada como a nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, com a educação das crianças filhos de escravos. Somente a partir do período republicano, quando as fábricas e indústrias ganharam maior impulso, outras instituições foram sendo inauguradas para atender as crianças filhos de trabalhadores e operários, sendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal precursores nessa proposta (NASCIMENTO, 2015, p. 174).

Como podemos perceber, a história das creches em nosso país revela que sua origem não estava inicialmente voltada para a missão educacional ou de aprendizagem das crianças, mas sim para atender às necessidades das mães trabalhadoras que precisavam deixar seus filhos em um local seguro enquanto se dedicavam ao trabalho. Por muito tempo, essas

instituições foram consideradas meros depósitos de crianças, sem um enfoque educativo significativo.

No século XVIII e XIX, as creches estavam concentradas principalmente nos grandes centros econômicos do país e disponibilizavam um número insuficiente de vagas, incapaz de suprir a crescente demanda. Somente durante o período do Estado Novo, que compreendeu os anos de 1937 a 1945, houve uma pequena mudança nessa realidade. Nesse período, o Estado assumiu “oficialmente” a responsabilidade pelo atendimento infantil, reconhecendo o papel que sempre deveria ter tido nesse contexto.

Foi também durante o Estado Novo, segundo Gomes e Costa Filho (2013), que o Ministério da Educação e Saúde foi criado, refletindo o compromisso governamental em priorizar a educação e o bem-estar das crianças. Essa iniciativa marcou um importante passo rumo ao reconhecimento da Educação Infantil como um aspecto fundamental no desenvolvimento do país e na formação das futuras gerações. A partir desse momento, esforços foram feitos para ampliar o acesso a creches, tornando-as mais disponíveis para a população e alinhando-as progressivamente com o propósito educacional que hoje conhecemos.

Porém, na verdade, a proposta feita nesse período se limitava somente a tentar construir convênios com outras entidades, sejam elas filantrópicas ou particulares. Quanto a isto, Nascimento (2015, p. 17447) nos fala que o Estado se propunha “na manutenção do atendimento indireto e na implantação de programas como o ‘mãe crecheira’, afastando-se, desse modo, da criação e gerenciamento direto de tais instituições”, não resolvendo assim a situação visualizada.

A primeira menção sobre Educação Infantil em um documento oficial do Estado data de pouco tempo, se comparado à história apresentada até aqui, e advém da primeira versão da Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Essa lei estabeleceu as bases para a Educação Infantil, estipulando que o atendimento para crianças com idade inferior a sete anos, fossem realizados em escolas maternas ou jardins de infância.

No entanto, a mesma situação de abstenção do Estado vista até aqui continuou mesmo após a promulgação da LDB, pois o Estado deu prosseguimento às suas ações de somente estimular para que as indústrias criassem e mantivessem essas creches, voltadas

exclusivamente para os filhos dos seus funcionários, não realizando assim investimentos de criação de novas vagas, que pudessem atender à demanda real da sociedade.

Na segunda versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971, mais uma vez, observamos uma postura de abstenção por parte do Estado em relação à Educação Infantil. No artigo 19 desta lei, é mencionado que "os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior recebam educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes". O termo "velar" empregado nessa legislação resultou em uma lenta expansão e melhoria na oferta e qualidade das instituições de Educação Infantil até meados da década de 70, deixando esses espaços com aspectos ainda pouco educativos.

Somente com o reconhecimento de que o Estado não tomaria a iniciativa por si só, sem ser provocado pela sociedade civil, é que surgiu o movimento de luta por creches. Esse movimento reivindicava um investimento maior em instituições de Educação Infantil, tornando-as locais realmente educativos e adequados ao desenvolvimento das crianças. A conscientização da importância dos primeiros anos de vida no processo de aprendizagem e formação das crianças impulsionou a mobilização social por melhorias significativas nessa área.

A partir desse movimento de luta, a Educação Infantil passou a receber maior atenção e investimento, levando a avanços importantes na sua oferta e qualidade ao longo das décadas seguintes. As creches e instituições de Educação Infantil gradualmente se transformaram em espaços mais educativos e propícios ao desenvolvimento integral das crianças, sendo reconhecidas como um importante pilar na construção de uma sociedade mais igualitária e preparada para o futuro, sobre isso Kuhlmann Jr. (2002, p. 15) nos diz que:

as propostas de instituição de baixo custo para os pobres ganham impulso, ampliando o atendimento em escala muito mais acentuada do que até então. Daí a criação em 1974, do Serviço de Educação Pré-Escolar (SEPRE) pelo MEC e a implantação em 1977 do Projeto Casulo pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). No mesmo ano a LBA publicou no texto do Projeto os objetivos do programa que envolviam desenvolver atividades paralelas de orientação familiar, vistas como necessárias para amenizar as ameaças antissociais vindas das classes menos favorecidas, por conta do alto índice de pobreza.

Essa pressão realizada pelos grupos sociais, que foram surgindo em todo o território nacional, espelhando-se em São Paulo, fez o Ministério da Educação começar a investir na

criação de vagas voltadas para a Educação Infantil. O Ministério da Educação (MEC) também atrelou essa criação de vagas para a resolução de um outro problema crônico, os altos índices de reprovação vistos no ensino primário. Foi percebido que essa situação era motivada pela entrada tardia do aluno nas redes de ensino, fazendo com que esses não tivessem bases anteriores que os ajudassem a aferir êxito, levando até mesmo a evasão escolar.

As pressões dos movimentos sociais se intensificaram com o processo de reabertura política visto no final da ditadura militar, somando-se a uma nova ressignificação de infância e de criança, o que resulta na criação de políticas públicas de âmbito nacional para crianças de 0 a 6 anos de idade, pois segundo Oliveira (2012, p. 5), neste período “a infância foi se constituindo em um novo campo da arena política que reivindica direitos, ou seja, as crianças (e seus representantes) são os novos sujeitos de direitos e legítimos de mandatários de políticas”.

Com as lutas sociais, a Constituição Federal de 1988 passou a incluir a Educação Infantil, tornando creches e pré-escolas parte dos sistemas educacionais. Isso reconheceu a importância dessas crianças antes negligenciadas pelo Estado. A partir desse marco, houve esforços para expandir e melhorar a oferta de Educação Infantil em todo o país, valorizando o desenvolvimento integral das crianças.

Dessa forma, a primeira etapa da educação básica, foi reconhecida como fundamental para a formação cidadã desde os primeiros anos de vida, como nos explica Guimarães (2011, p. 30) as crianças passariam a ter “direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária”.

Entretanto, é somente com a promulgação da terceira versão da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), nº 9.394/1996, em 20 de dezembro, que foi possível a verdadeira inserção da Educação Infantil nas demais etapas e níveis de ensino que compunham a educação básica brasileira, tornando-se assim a primeira etapa da educação, sendo valorizada, situação que aprofundaremos a seguir.

3.2 Valorização da Educação Infantil pós-LDB

Vimos ao final do subtópico que a Educação Infantil após longos períodos de negligência, começou com a criação da LDB de 1996 um processo de reconhecimento, sendo efetivamente incluída como uma etapa que integra a educação básica. Essa valorização é crucial para que ocorresse uma mudança profunda, fazendo-a deixar de ser vista apenas como um mero depósito de criança nas instituições de Educação Infantil, e passasse a ser um espaço efetivo de aprendizagem e desenvolvimento em que as interações e as brincadeiras fossem inseridas nos processos educacionais.

Precisamos também evidenciar outros ganhos que a LDB atual trouxe para a educação, como por exemplo, esclarecer os papéis de cada esfera da vida da criança, isso ocorre no artigo 2º da lei que diz “A educação, dever da família e do Estado”. Outro ponto a ser mostrado é o artigo 4º, no inciso primeiro, que divide os períodos de duração de cada uma das etapas de ensino.

Neste contexto, é fundamental evidenciarmos como se encontra a divisão da educação básica, que é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, iniciando pela Educação Infantil (pré-escola), em continuidade ensino fundamental e médio.

Essa divisão, que se encontra na LDB, é primordial para entendermos o processo de valorização pelo qual passou e passa, até o momento atual, a Educação Infantil. Como se pode ver, essa modificação foi realizada no ano de 2013. Nesse período houve uma reestruturação em relação à obrigatoriedade da matrícula das crianças, que passou dos seis anos de idade, modificando para que se desse a partir dos quatro anos na pré-escola, esse processo iniciou-se a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 2009 e reafirmada pela Lei nº 12.796 (Brasil, 2013a), porém como não havia disponibilidade de vagas em creches e pré-escolas públicas, os pais da imensa maioria das famílias brasileiras não matriculavam as crianças antes dessa atualização.

Como bem frisam Silva e Strang (2020), a partir da inclusão estabelecida em 2013, os genitores passaram a ter a obrigatoriedade de inscrever seus filhos na pré-escola a partir dos quatro anos de idade. Essa imposição traz notáveis benefícios às crianças, uma vez que essa decisão impacta positivamente em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, colaborando com a potencialização das habilidades das crianças pequenas, em conformidade com a faixa etária indicada.

Assim, podemos identificar ao analisar as alterações da LDB, os artigos 29, 30 e 31 falam exclusivamente da Educação Infantil, percebemos que o Estado consegue elucidar de forma direta a maneira de funcionamento que deve ser seguida nesse período educacional.

No artigo 29 da LDB, a Educação Infantil é considerada 1ª etapa da educação básica, apresenta o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade como a sua principal finalidade, “em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2013, p. 22).

Ainda segundo Silva e Strang (2020), é essencial enfatizar que todos esses benefícios devem complementar as ações já desempenhadas pela família e comunidade em que a criança está inserida, pois os processos educacionais ocorrem não apenas dentro das instituições de Educação Infantil, mas também em outros ambientes formativos da sociedade, como a família, igrejas e outros.

Já em seu artigo 30, a LDB explica que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches, para crianças de até três anos de idade não sendo obrigatória, e a pré-escola com matrícula obrigatória para as crianças com 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Em consequência dessa matrícula obrigatória, foi possibilitado o aumento significativo do número de crianças atendidas, garantindo assim o direito à educação nesse intervalo, colaborando para a universalização do seu acesso.

Agora o artigo 31 apresenta a organização da Educação Infantil, que se divide em cinco incisos diferentes. O primeiro trata do processo avaliativo a ser realizado nessa etapa, nele vemos que a avaliação deve ser realizada por meio de observações e acompanhamento realizados pelo professor. É importante explicar que a criança não pode ser retida em nenhum nível dessa etapa da Educação Infantil, mesmo que ela não tenha desenvolvida todas as habilidades para adentrar o ensino fundamental, pois não é uma etapa considerada como pré-requisito para a etapa posterior.

Ao analisarmos cuidadosamente esse trecho, podemos perceber que o objetivo principal não se concentra em avaliar conteúdos com base em notas ou conceitos pontuais. Em vez disso, o intuito é proporcionar o primeiro contato com as experiências e vivências que favoreçam as múltiplas linguagens das crianças como evidencia Bujes (2001, p. 21 apud HERMIDA, 2007, p. 227):

[...] a Educação Infantil precisa ser muito mais qualificada. Ela deve incluir o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não podendo deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo e das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade e o desafio.

No segundo inciso há a divisão da carga horária da Educação Infantil, sendo igual as demais etapas, ou seja, 800 horas de ensino, distribuídas ao longo de no mínimo 200 dias letivos. Destacamos que a equiparação de tempo trazida pela redação de 2013 é um enorme avanço dentro dessa etapa, uma vez que antes disso não havia uma regulamentação de carga horária mínima a ser cumprida, o que gerava distorções sérias segundo Ferreira (2014), tendo ofertas insignificantes de carga horária para essa etapa. No próximo inciso é apresentado o tempo mínimo de permanência nessa etapa, que seria de 4 horas diárias para um turno de atendimento e de 7 horas para o atendimento em tempo integral.

O inciso cinco desse artigo estabelece que ao concluir essa etapa, a instituição na qual a criança estava matriculada deverá emitir um documento que ateste os processos de desenvolvimento e aprendizagem alcançados pelas crianças durante esse período. Como visto, o processo de valorização da Educação Infantil ocorreu de forma lenta e gradual, mas com crianças regularmente matriculadas desde a pré-escola, os benefícios proporcionados pela Educação Infantil são exponencialmente ampliados, situação que debateremos no próximo subtópico deste trabalho.

3.3 Oportunidades ofertadas pela Educação Infantil

Como foi visto ao longo do artigo, a Educação Infantil passou por uma enorme reestruturação, ganhando em sua importância e em sua abrangência, deixando de ser vista como somente um espaço para se deixar a criança enquanto os pais vão para o trabalho, e tornando-se um espaço de aprendizagem, desenvolvimento, assim como habilidades e competências necessárias. Assim, Pinheiro e Ziede (2014) explicam:

A Educação Infantil vem caminhando para uma crescente de reestruturação, abertura de vagas, e valorização como etapa escolar. Vem se tornando cada vez mais evidente a sua importância para o desenvolvimento da criança e construção do conhecimento, tanto no âmbito da escola como familiar e social da criança. A partir da diversidade de estratégias propostas pelo profissional da Educação Infantil, o aluno, nesta etapa, tem acesso a uma fonte riquíssima de interação e socialização de saberes (PINHEIRO e ZIEDE, 2014, p. 98).

Assim, compreendemos a necessidade de a Educação Infantil se reinventar, diante do seu contexto histórico conturbado e difícil, para que possa ser reconhecida como espaços educativos adequados e de boa qualidade para o público que atende. Oliveira et al (2019, p. 85) aponta que

As mudanças na natureza da Educação Infantil nos colocam diante de um desafio: o da compreensão de que as instituições, sejam elas públicas ou particulares, tenham como foco as crianças, todas elas com direito a vivenciar boas rotinas, uma jornada diária interessante, acolhedora e desafiadora, bem como atividades que instiguem o desenvolvimento de seu autoconhecimento e autoestima e que ampliem seu conhecimento sobre relações sociais e elementos da cultura. Isso apresenta também um desafio para a formação dos professores, apontando para a necessidade não apenas da formação específica, mas também de uma profunda compreensão do que caracteriza educar crianças pequenas e um verdadeiro interesse e competência para desempenhar a função de professores da Educação Infantil.

As oportunidades adquiridas, com a primeira etapa da educação básica, perpassam todos os anos escolares do educando, e conseqüentemente são as bases fundamentais de seu desenvolvimento e aprendizagem. Neste sentido é importante atentar-se para as questões supracitadas por Oliveira et al (2019), bem como a construção de um currículo para a Educação Infantil que se adeque às necessidades e interesses das crianças, atrelado a um trabalho com intencionalidade pedagógica em que os educadores criem bons contextos de aprendizagem e assim gerem oportunidades para que as crianças vivenciem diversas propostas educativas que contemplem o que está disposto nos documentos orientadores desta etapa.

Como apontamos acima, a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, e tem passado por grandes transformações ao longo dos anos, antes não reconhecida e nem valorizada. Atualmente é vista como imprescindível para o desenvolvimento das crianças.

Admitindo essa perspectiva, ao serem inseridas no sistema de educação, foi garantida às crianças a ampliação de experiências e de conhecimentos por meio de vivências significativas. Dessa forma, as práticas desenvolvidas nas instituições precisam ser embasadas nos documentos norteadores da Educação Infantil como a Constituição Federal (CF – 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB – 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI – 2009), Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017), entre outros.

Queremos ressaltar a BNCC, documento nacional normativo que orienta os caminhos a serem trilhados pelas instituições de Educação Infantil do Brasil, ela não se apresenta como um currículo, porém serve de referência para o currículo das instituições contendo as estratégias, metodologias contextualizadas, confirmando que toda criança tem o direito de aprender.

Assim, com relação à Educação Infantil, a BNCC (2017) destaca os seis direitos e aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se), os três grupos etários (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas) e os cinco campos de experiências (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações).

É relevante acrescentar que os campos de experiências dão suporte às práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições, indicando quais as experiências são pertinentes à aprendizagem das crianças, enfatizando que não podem ser trabalhados de maneira fragmentada.

Portanto, a Educação Infantil desempenha um papel fundamental na formação integral das crianças, promovendo seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico, colaborando para que desenvolvam habilidades que auxiliem no enfrentamento de desafios futuros e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é essencial para que a criança tenha um convívio social além do núcleo familiar. Ou seja, é um momento importante para que o indivíduo aprenda a se relacionar e viver em sociedade, desenvolvendo habilidades fundamentais à formação humana, além das capacidades cognitivas e motoras.

Nesse sentido, temos a certeza de que todos os objetivos propostos foram alcançados. Realizou-se um resgate histórico que conseguiu mostrar o panorama de desenvolvimento dessa etapa educacional, seguindo uma evolução também percebida nos movimentos sociais, na emancipação da mulher e na sua inserção no mercado de trabalho, bem como, pelas lutas em prol de uma educação pública e de qualidade encabeçadas por diversos movimentos sociais no nosso país.

Os avanços são percebidos a partir da promulgação da nova versão da LDB em 1996, que coloca a Educação Infantil como etapa participante da Educação Básica Nacional, melhorando ainda mais a sua importância quando a põe com matrícula obrigatória a partir dos quatro anos de idade nas pré-escolas.

Matricular a criança na Educação Infantil é mais do que somente deixá-la dentro de um local seguro, enquanto a família trabalha. Ao adentar a instituição escolar, diferente do familiar, diversos são os ganhos proporcionados, pois por meio das interações e das brincadeiras e dos direitos de aprendizagem elas aprendem a ter autonomia, a se relacionar com outras pessoas e com seus pares, se desenvolve em seus aspectos cognitivos, sociais, interacionais, e emocionais, o que muito favorece suas habilidades e competências.

A Educação Infantil vem se consolidando cada vez mais como um espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da criança, com diversas possibilidades de ampliação das variadas linguagens e o protagonismo infantil em todos os níveis, os quais, possibilitam vivenciar experiências que ampliem com veemência seus repertórios, produzindo cultura e uma aprendizagem significativa.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. Orgs. **Educação Infantil – Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

COSTA, A. C. M.; OLIVEIRA, M. C. As políticas públicas de Educação Infantil no contexto do neoliberalismo. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 10, p. 89-97, jan./dez. 2011.

FERREIRA, Maria Clotilde R. et al. **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GOMES, E. S.; COSTA FILHO, J. Historicidade da infância no Brasil. **El Futuro del Pasado**, nº 4, 2013.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. São Paulo: Cortez, 2011.

HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na Educação Infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011.

KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (ORG.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2014.

MAZZOTTI, Alda J. Alves; GEWANDSZNAJDWER, Fernando. Revisão da bibliografia. In: **O Método nas Ciências Naturais e sociais: pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

MEDEIROS, A. F.; NOGUEIRA, E. M. L.; BARROSO, F. C. S. Desatando os nós das políticas de Educação Infantil no Brasil. **Espaço do currículo**, v.5, n.1, pp.287-293, Junho a Dezembro de 2012.

MORGAN, Dimas Anaximandro da Rocha et al. As políticas públicas no contexto da Educação Infantil brasileira. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 22, n. 23, p. 51-58, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 jul. 2023.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. Processo histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou assistência? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Paraná. **Anais....** Paraná: PUCPR, 2015. v. 2, p. 17439 – 17456.

OLIVEIRA, Alda Maria S. de S. Movimento de luta por creches, Fórum permanente de Educação Infantil do estado do Rio de Janeiro e Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - resistências, contradições, pactuações e rupturas. **Revista Dialogus**, Niterói, RJ, n. 01, ano 1, 2012.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de et al (Org.). **O trabalho do professor na Educação Infantil**. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2019.

PINHEIRO, Michelle Oliveira. ZIEDE, Mariangela Lenz. As contribuições da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança. **Revista Professare**, Caçador, v. 3, n. 2, p. 76-99, 2014.

SILVA, Joana da. **Educação Infantil**: Benefícios proporcionados pela primeira etapa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2019.

SILVA, L. H. G. DA.; STRANG, B. DE L. S. A obrigatoriedade da Educação Infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. **Pro-Posições**, v. 31, p. e20160069, 2020.

THOMAS, Rossani; DUARTE, Cássia. Um bom começo. **Caderno Meu Filho**. Zero Hora. Edição: nº 355. Porto Alegre, 18 de julho 2011.

Recebido em: 20 de outubro de 2023.

Aceito em: 3 de novembro de 2023.

Publicado online em: 17 de novembro de 2023.